

## POVOAMENTO DO BRASIL NO SÉCULO XVIII

---

Tema desta relevância não pode, infelizmente, ser adequadamente tratado em tão breve comunicação.

Sua importância decorre do fato de que, no século XVIII, ficou definitivamente concretizado o domínio da terra brasileira per-lustrada pelas explorações e bandeiras do século anterior, e aceito oficialmente, pelas monarquias espanhola e portuguesa, o princípio do *uti possidetis*, reconhecendo-se assim, *de jure*, no direito internacional, a validade da ocupação anterior *de facto*.

Podem ser destacadas, entre várias outras, duas causas principais que afetaram o povoamento nesse período, salientadas aliás com maestria por Capistrano de Abreu desde 1882 (1). Essas causas, que *grosso modo* teem influência predominante respectivamente na primeira e na segunda metade do século, são a descoberta das minas e a consolidação do sistema colonial.

Aquela, cujos efeitos se fazem sentir ao alvorecer do século — as primeiras jazidas auríferas importantes foram descobertas em 1699 — promoveu, como sempre vem ocorrendo em casos análogos, um verdadeiro *rush*, que acarretou o deslocamento de apreciáveis massas populacionais para a região da mineração, provocando, pelo poderoso incentivo da *auri sacra fames*, o povoamento, em caráter permanente, de uma série de regiões do Brasil, e deslocando muito mais para o interior a fronteira demográfica das zonas, principalmente costeiras ou ribeirinhas, efetivamente ocupadas até então. Esta causa eficiente atingiu seu apogeu durante o reinado de D. João V, quando foram fundados, por êsse motivo, a maior parte dos núcleos populacionais da região de Minas Gerais, de Goiaz e mesmo de Mato Grosso.

Com o advento de D. José, o gênio político de seu grande ministro e a conclusão, meses antes, do Tratado de Madri, cujas negociações foram superiormente conduzidas por Alexandre de Gusmão, a ênfase quanto ao povoamento do Brasil transferiu-se do campo econômico para o político. A consolidação da linha litorânea, ao Norte, e as guerras pela Colônia do Sacramento, ao Sul, exigiram providências governamentais relacionadas com o povoamen-

---

(1). — In Pôrto Seguro, *História Geral do Brasil*, 3.<sup>a</sup> ed., III, p. 440.

to. Dêsse período, e a título de exemplo apenas, pois nada é possível desenvolver no limitado espaço disponível, datam a construção dos fortes limítrofes, como o do Príncipe da Beira, no extremo oeste do território, e a intensificação do povoamento pela política dita "de casais", especialmente ilhéos, na bacia Amazônica e na Capitania de S. Pedro. É, em tôda sua plenitude, o movimento da consolidação do regime colonial, nos seus aspectos político, militar, econômico e administrativo, e que continuaria até 1808.

A melhor forma de apresentar sinteticamente os fatos do povoamento no século XVIII parece ser a de estabelecer a comparação visual entre cartas satisfatórias, elaboradas em princípios e em fins do século. Tal, entretanto, só é possível em relação a estas últimas, consubstanciadas no mapa de 1798, de que juntamos cópia fotostática, e cujo original pertence ao Serviço Geográfico do Exército Brasileiro.

No que diz respeito à cartografia de fins do século XVII ou princípios do XVIII, entretanto, não conhecemos exemplares de cartas, mesmo parciais, adequadas para os fins em vista. O único bastante merecedor de confiança para ser utilizado é o mapa de Samuel Fritz, de 1691 (2), mas que infelizmente só se refere à região amazônica; os outros que, na mesma época, configuram o restante do Brasil, como o de Coronelli, em 1688 (3), são baseados em dados anteriores. Essencialmente, a posição é a seguinte: os últimos bons exemplos de cartografia brasileira são os efetuados na época dos holandeses, até 1654; os restantes, elaborados até fins do século XVII, mormente os da cartografia francesa e italiana, que inclui os pouco fidedignos aparecidos, em 1698, na *Istoria delle guerre del regno del Brasile* (4) e ainda o de Del Isle (1690) (5), pelo menos os que existem no Brasil, dêles se derivam, ou de elementos ainda mais antigos. E, assim sendo, não representam a realidade da ocupação do território brasileiro ao alvorecer do século XVIII. Isto indica uma linha interessante para a pesquisa, pois até Jaime Cortesão (6), com sua incontestável autoridade, mostra que os mapas básicos para o Tratado de Madri

---

(2). — In *Atlas Rio Branco*, VI, ns. 86a/b, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

(3). — "America Meridionale... s.l.n.d." (Veneza, 1688). Repr. in *Le Masson du Parc, Collection of Maps*, 2 vols., s.l., 1717. Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

(4). — In Gio: Gioseppe di S. Teresa, *Istoria delle guerre del regno del Brasile*. . . . Roma, 1698, pp. 24/25.

(5). — "Carte de la Terre Ferme du Péron, du Brésil et du Pays des Amazones, Dressé sur les Descriptions de Herrera de Laet et des PP. d'Acuña et M. Rodrigues... par Guillaume Del Isle..." (1690?), Amsterdam, s.d.. Repr. in *Atlas géographique & universel, avec la géographie ancienne & moderne*. . . . Paris, 1700-1762.

(6). — In Brasil: Ministério das Relações Exteriores, *Apontamentos das Aulas do Curso de História da Cartografia, Geografia das Fronteiras do Brasil e Mapotecnomia*. . . Rio de Janeiro, 1945, Vol. I, n. 26, III: "O Mapa das Côrtes e as razões dos espanhóis", p. 5 (Mimeografado).

são posteriores a 1730, dos quais um, o de Gomes Freire, é hoje considerado perdido.

Destarte, somos obrigados a suprir tais deficiências por uma descrição geográfica aproximada, que tentaremos sintetizar abaixo, distinguindo ainda entre povoamento espanhol e português e entre os limites do Brasil de então, que incluía o território do atual Uruguai (a Colônia do Sacramento mudou de dono várias vezes durante o século XVIII) e o de hoje.

Por volta de 1700, a situação das regiões permanentemente ocupadas era a seguinte. Com povoamento espanhol, menos importante, apenas dois pontos: o rio Solimões, com aldeamentos de jesuítas castelhanos, e o núcleo jesuítico dos Sete Povos das Missões, margeando o Uruguai, nas proximidades de S. Borja. Já não mais existia o centro populacional de Guairá, destruído pelos paulistas, numa série de incursões predatórias, em meados do século XVII.

O povoamento português assim se distribuía. Na bacia amazônica, Belém e, ao longo do Amazonas, pequenos núcleos missionários ou militares que seriam origem de Gurupá, Santarém, Óbidos e Manaus. Povoado pelos carmelitas, o vale do rio Negro até às cachoeiras; penetrado, sem ocupação permanente, o vale do rio Branco; aldeias jesuíticas no vale do Madeira, inclusive as primitivas localizações de Borba (= Trocano) e Itacoatiara. Cameté era o ponto extremo de ocupação no vale do Tocantins.

No Maranhão existiam, no litoral, Caeté (= Bragança), Taipitapera e S. Luiz, havendo ocupação dos vales do Mearim e do Itapicurú. No Piauí, aldeias jesuíticas esparsas, no interior sul, em contacto com a Bahia. Ocupados estavam, no Ceará, Camocim, Fortaleza, o vale do Jaguaribe e a zona do Cariri; no Rio Grande do Norte, Natal, 3 Reis Magos, registrando-se considerável expansão de gado para o interior, em fazendas dispersas. A Paraíba figura com Cabedêlo, Paraíba, às margens do rio dêsse nome e penetração dirigindo-se à serra da Borborema.

Pernambuco, centro dos mais antigos, tinha povoados Itamaracá, Igarassú, Recife, Olinda, Penedo e o atual estado de Alagoas, com ocupação, por engenhos, de todos os pequenos rios; fazendas de criar ocupavam as duas margens do S. Francisco, até além de Paulo Afonso. Sergipe estava, a bem dizer, cheio; S. Cristovão era o maior centro demográfico, e tanto fazendas de criar como engenhos de açúcar se estendiam até além do rio Real.

Na Bahia, achavam-se ocupados o litoral norte, o Recôncavo (região mais povoada do Brasil de então), com suas várias cidades e freguesias. Ainda ocupada estava toda a zona da caatinga, com fazendas de criar, preenchendo o vácuo existente entre o litoral e o sertão, ao tempo das guerras holandesas. Também ocupado estava o vale do S. Francisco, ininterruptamente, desde sua foz

até à altura de Pirapora atual (7); penetrados e ocupados, os vales de vários de seus rios, o Paraguaçu até Lençóis (8), as cabeceiras dos rios das Contas e Pardo, até o rio Doce; e pela costa, os centros de Camamú, Ilhéos, Pôrto Seguro e Caravelas. O Espírito Santo, além de Vitória, Conceição, S. Mateus e Santa Cruz, tôdas do século XVI, só tinha colonizado o rio Mucutí e a zona entre êste e o Perupe (9).

No Rio de Janeiro, existiam S. João da Barra, Cabo Frio, Macaé, S. Lourenço (= Niteroi), a cidade do Rio de Janeiro, Parati, Angra dos Reis e Mangaratiba, na costa; no interior, o re-côncavo da baía de Guanabara, Maricá, Inhomirim, Itaboraí e Campos. Ocupado estava o baixo curso do rio Paraíba, vazio o médio; povoado esparsamente o caminho para S. Paulo, por onde passa hoje a Estrada de Ferro Central do Brasil, e a região serrana do vale do Paquequer.

Ubatuba, S. Sebastião, Santos e S. Vicente, Itanhaen, Iguape e Cananéia, pontilhavam demograficamente o litoral de São Paulo; no interior havia S. Paulo, Itú, Sorocaba, Parnaíba, Jundiá, e um rosário de vilas ao longo do vale do alto Paraíba, de Guaratinguetá a Mogí das Cruzes. No Paraná, Paranaguá e Curitiba, por onde passava o caminho de Sorocaba até à Colônia do Sacramento. Em Santa Catarina, existiam S. Francisco do Sul, Ilha de Santa Catarina (= Florianópolis), e Laguna, de onde partia o caminho para os campos do Rio Grande do Sul até à Colônia do Sacramento. Havia gado disperso no atual Rio Grande do Sul, e povoada estava a Colônia do Sacramento. Vasios, e praticamente desconhecidos: Minas Gerais, Goiaz e Mato Grosso.

Tal era o Brasil de 1700. Um século após, sua extensão povoada é visível no mapa da autoria de Antonio Pires da Silva Pontes Leme, datado de 1798 e que até o presente momento, ao que sabemos, não foi ainda publicado. Como se vê, o Brasil se expandira imensamente.

Quais os caminhos seguidos pelo povoamento e sua evolução? Estudaram-nos Capistrano de Abreu (10), Felisbello Freire (11) e Raja Gabaglia (12), Roberto Simonsen (13) e, rapidamente

---

(7). — In Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, Rio de Janeiro, 1928, p. 189.

(8). — Apud Felisbello Freire, *História Territorial do Brasil*, Rio de Janeiro, 1906, p. 49.

(9). — Apud *ibid.* p. 387.

(10). — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1930, pp. 53-143.

(11). — *Op. cit.*

(12). — Fernando Antônio Raja Gabaglia, "As Linhas de Penetração da Civilização no Brasil", in *Revista do Brasil*, Ano VI, vol. XVI, n. 61, pp. 4-19, S. Paulo, janeiro de 1921.

(13). — Roberto C. Simonsen, "Recursos econômicos e movimentos das populações", in *Revista Brasileira de Estatística*, Ano I, n. 2, pp. 199-228, Rio de Janeiro, abril-junho 1940. (Especialmente os cartogramas).



Neiva (14); na Amazônia, especialmente Ferreira Reis (15), Minas Gerais, Cardoso (16). Encontram-se, contudo, elementos esparsos, por vezes de grande valor, em muitas obras clássicas (17). Como preciosas fontes primárias, temos o trabalho de Antonil (Andreoni) (18), de princípios do século XVIII, a ser comparado com os documentos originais de todo o decurso do século, infeliz-

- (14). — Artur Hehl Neiva, "Aspectos geográficos da imigração e colonização do Brasil", in *Revista Brasileira de Geografia*, Ano IX, n. 2, pp. 93-114, Rio de Janeiro, abril-junho 1947.
- (15). — Arthur César Ferreira Reis, *História do Amazonas, Manaus, 1931* (especialmente pp. 51-87 e 109-140); e "Casais, Soldados e Degredados na colonização da Amazônia", in *Anais do 3.º Congresso Rio-Grandense de História*, Porto Alegre, 1940; vol. IV, pp. 2605-2719.
- (16). — Manoel da Silveira Soares Cardoso, "Alguns aspectos da vida econômica e política do Brasil na primeira década do século XVIII", in *Ocidente*, vol. I, n. 2, Lisboa, junho de 1938, pp. 258-272.
- (17). — Por exemplo: Porto Seguro, op. cit., caps. XXXIX-XLIX; Handelman, *Geschichte von Brasilien*, caps. VII-XII, passim, Berlin, 1860; Azevedo Marques, *Apontamentos ... da Província de S. Paulo ...*, Rio de Janeiro, 1879, especialmente vol. 2, pp. 246-268, passim; Basílio de Magalhães, *Expansão geográfica do Brasil colonial*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1944, pp. 267-395. Sobre algumas regiões isoladamente, cf., entre outros: Guilherme Studart, *Datas e Fatos para a História do Ceará*, Fortaleza, 1896, I, pp. 120-433, pass.; A. Tavares de Lyra, *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro, 1921, pp. 281-373, pass.; Felisbello Freire, op. cit., pass., (da maior importância para a pesquisa, nos estados da Bahia, Sergipe e Espírito Santo); Felício dos Santos, *Memórias do Distrito Diamantino*, Rio de Janeiro, 1924, (especialmente caps. I, III, IV, XIV e XVI); a monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas*, de Afonso d'E. Taunay, especialmente T. VIII, pp. 535-545, Ts. IX e X, S. Paulo, 1946-1949; Pereira da Costa, *Em prol da integridade do território de Pernambuco*, Recife, 1896; Barbosa Lima Sobrinho, *Pernambuco e o São Francisco*, Recife, 1929 (especialmente caps. XI-XXVI, pp. 77-168); Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva, *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, 6 vols., Bahia, 1919-1940 (especialmente vols. II, 1925, pp. 142-226, e as preciosas notas de Braz do Amaral, pp. 265-451; e III, 1931, pp. 1-32, e nota 12, pp. 83-84); Luiz dos Santos Vilhena, *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasileiras*, 2 vols., Bahia, 1921 (especialmente cartas XII-XXXIII, vol. 2, pp. 457-907); Mello Moraes, *Chronica Geral do Brazil*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1886 (especialmente vol. 2, pp. 1-111, passim); Romário Martins, *História do Paraná*, 2.ª ed., S. Paulo, 1939 (especialmente caps. VII/VIII, pp. 145-234, e X/XI, pp. 281-320); Lucas Alexandre Boiteux, *Notas para a Historia Catharinense*, Florianópolis, 1912 (especialmente pp. 178-290); Oswaldo R. Cabral, *Santa Catharina*, São Paulo, 1937 (especialmente pp. 44-106); Carlos Teschauer, *História do Rio Grande do Sul*, 3 vols., Porto Alegre, 1918-1922, (especialmente os vols. 2 e 3); João Borges Fortes, *Casaes*, Rio de Janeiro, 1932; Aurélio Pôrto, *História das Missões Orientais do Uruguai*, vol. I (único publicado), Rio de Janeiro, 1943 (especialmente pp. 155-575); Diogo de Vasconcellos, *História Antiga de Minas Gerais* (1904) e *História Média de Minas Gerais* (1918), Belo Horizonte, (especialmente a última parte do Liv. I e o Liv. II do primeiro, e todo o segundo); Cardozo, op. cit.; José Martins Pereira de Alencastre, *Annaes da Província de Goyaz*, in *Revista Trim. Inst. Hist. Geog. Bras.*, Rio de Janeiro, 1864, T. XXVII, Parte Segunda, pp. 5-186 e 230-349; Filipe José Nogueira Coelho, *Memorias Chronologicas da Capitania de Matto Grosso...* in *ibid.*, T. XIII (1850; 2.ª ed., 1872), pp. 137-199 (vai de 1718 a 1780). Para outras obras de interesse, cf. Alice Canabrava, "Bandeiras", in *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Rio de Janeiro, 1949, pp. 492-526, o melhor existente, embora bastante incompleto ainda. Para mise au point da bibliografia histórica, cf. Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, *Bibliografia de História do Brasil* (1944; 8 fasc. publicados até agora).
- (18). — André João Antonil (pseud. de João Antônio Andreoni S. J.), *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Ed. Princeps, Lisboa, 1711; 3.ª ed. (a melhor), S. Paulo, 1923, com um estudo bio-bibliográfico de Afonso de E. Taunay. Cf. especialmente pp. 205-272.

mente disseminados em coleções de publicações (19), sôbre as quais não houve, ainda, pesquisa adequada e profunda, do gênero da empreendida por Felisbello Freire e que, lastimavelmente, ficou incompleta, reduzida tão sômente à Bahia, Sergipe e Espírito Santo, muito embora haja tentativas locais de ordenação, tal o trabalho de João de Lyra Tavares (20). Esta é uma das principais linhas de pesquisa abertas aos estudiosos, que desejarem preencher uma sensível lacuna nos estudos brasileiros.

Quais os elementos étnicos, que promoveram êsse impressionante surto de povoamento? Tal é outra linha de pesquisa que se abre, correlatamente à primeira. Ainda aqui, só podem ser dadas por ora respostas genéricas: o português reinol, o negro africano e, de certa forma, o indígena, mas principalmente o verdadeiro sertanejo brasileiro, tanto o mameluco caboclo do nordeste quanto o mulato ou o cafuso de outras regiões, e os que possuíam em vários graus as combinações mais diversas dêsses distintos sangues. Pode-se afirmar que, no século XVIII, se intensificou o tráfico negreiro; falta ainda, nesse capítulo, fazer-se a análise dos documentos originais sôbre a proporção dos negros de várias origens importados, traçando a evolução do tráfico em quantidade e qualidade, utilizando, por exemplo, documentos do tipo da carta de Lisboa (21). Apesar das recentes contribuições de Simonsen

- 
- (19). — Das quais as principais, numa lista que está longe de ser exaustiva, são: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1839-; 197 vols. até agora), Rio de Janeiro; *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional* (1928-; 86 vols. até agora) Rio de Janeiro; *Anais da Biblioteca Nacional* (1876-; 69 vols., até agora), Rio de Janeiro; *Publicações do Arquivo Nacional* (1886-; 39 vols., + 1 inumerado, publicados até agora), Rio de Janeiro; *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará* (1902-1926; 10 vols. publicados), Belém; *Anais do Museu Paulista* (1922-; 13 vols. publicados até agora), São Paulo; *Anais do Arquivo Público da Bahia* (1917-; 30 vols. publicados até agora), Salvador; *Revista do Instituto do Ceará* (1887-; 61 vols. publicados até agora), Fortaleza; *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (1863-; 41 vols. publicados até agora), Recife; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (1895-; 44 vols. publicados até agora), São Paulo; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (1921-; 27 vols. publicados até agora), Porto Alegre; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso* (1919-; 60 Tomos publicados até agora), Cuiabá; *Revista do Arquivo Público Mineiro* (1896-1938; 25 vols. publicados), Belo Horizonte; *Revista do Museu e Arquivo do Rio Grande do Sul* (1921-1930; 24 ns. publicados), Porto Alegre; *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* (1934-; 132 vols. publicados até agora), São Paulo; *Documentos Interessantes do Arquivo de São Paulo* (1895-; 65 vols. publicados até agora), São Paulo; *Arquivo do Distrito Federal* (1894-1897; 4 vols. publicados), Rio de Janeiro; *Sesmarias — Documentos do Arquivo do Estado de São Paulo* (1921-; 5 vols. publicados até agora), São Paulo.
- (20). — *Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba, Paraíba, 1910-1911* (especialmente vol. 1, pp. 3-488 e vol. 2, pp. 499-502).
- (21). — José da Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairú), carta escrita em 18 de outubro de 1781, in "Inventario dos Documentos relativos ao Brasil, existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa", vol. II, doc. n. 10.907 (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXXII, Rio de Janeiro, 1914, pp. 494-506, especialmente pp. 504-505.).

(22) e Goulart (23), ainda não parece estar definitivamente esclarecida a questão da quantidade de negros entrados no Brasil durante o período do tráfico.

Finalmente, qual o crescimento, em números absolutos, do povoamento brasileiro durante o século XVIII? Como nas outras linhas de pesquisa indicadas, também aqui existe vasto campo de estudos. Contreiras Rodrigues (24), Calógeras (25), Caio Prado Júnior (26), estudaram o assunto, genericamente; assim Simonsen (27) e Neiva (28). Mortara (29), extrapolando por processos demográficos, admite que em 1770/71 a população brasileira fôsse de 2.502.000 habitantes, e de 3.660.000 em 1800/01. Há, entretanto, ampla margem para investigações e correlações nos documentos esparsos da época; exemplo disso é o levantamento eclesiástico mandado fazer na Bahia em fins de 1756/57, publicado por Borges de Barros (30).

Tais são, em suma e a nosso ver, as principais linhas de pesquisa abertas aos estudiosos do povoamento do Brasil no século XVIII. Para elucidação de qualquer delas, além dos documentos publicados e utilizados, constantes da bibliografia que apensamos, existe ainda abundante material arquivístico inédito e não investigado, localizado, entre nós, nos Arquivos Públicos dos Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso; no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro,

- 
- (22). — Roberto C. Simonsen, *História Econômica do Brasil, 1550-1820*, 2 Tomos, São Paulo, 1937 (especialmente T.I., cap. VI, pp. 187-217; o cálculo do número de escravos importados ocupa as pp. 201-205).
- (23). — Maurício Goulart, *Escravidão Africana no Brasil, Das Origens à Extinção do Tráfico*, São Paulo, 1949 (especialmente pp. 125-217). Ainda sobre este assunto, é útil a leitura, além do livro clássico de Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil*, Rio de Janeiro, 1867 (especialmente, quanto a números de africanos importados, Parte 3.ª, pp. 13-14, 48), dos trechos a respeito em Pandiá Calógeras, *A Política Exterior do Império*, (Rio de Janeiro, 1927, Tomo Especial da Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., I, Cap. IX, pp. 283-332 (especialmente, sobre números, pp. 320-332), e Afonso de E. Taunay, *Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil*, São Paulo, 1941 (especialmente caps. XII-XX, pp. 133-229; o exame da questão numérica está nos caps. XXII-XXIII, pp. 235-256).
- (24). — F. Contreiras Rodrigues, *Traços da Economia Social e Política do Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, 1935, pp. 28-35 (o crescimento no século XVIII está sumariado às pp. 33-34).
- (25). — *Loc. cit.*
- (26). — *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, 1942, pp. 29-78.
- (27). — Obras citadas, *ibid.*
- (28). — Artur Hehl Neiva, "O Problema Imigratório Brasileiro", in *Revista de Imigração e Colonização*, Ano V, n. 3, pp. 468-591 (especialmente pp. 474-478, 485-486, 493-497; sobre negros, pp. 499-500).
- (29). — Giorgio Mortara, "Estudos sobre a utilização do censo demográfico para a reconstrução das estatísticas do movimento de população no Brasil. V. Retificação da distribuição por idade da população natural do Brasil, constante dos censos, e cálculos dos óbitos, dos nascimentos, e das variações dessa população no período 1870-1920", in *Revista Brasileira de Estatística*, Ano II, n. 5, pp. 39-89 (o cálculo referido se encontra na Tabela II, *Dados retrospectivos sobre a população do Brasil*, p. 43.).
- (30). — F. Borges de Barros, "Descrição de freguezias creadas nos tempos coloniaes", in *Archivo Historico*, 2.º vol., Primeira Parte, pp. 25-127, Bahia, 1920.

e nos Arquivos estadual e municipal de São Paulo; e, em Portugal, no Arquivo Histórico Colonial. Lastimavelmente, porém, não foi esta vasta documentação trabalhada a contento até o presente, não só por se achar demasiado dispersa, mas também constituir-se fonte de acesso nem sempre fácil.

Quaisquer estudos realizados nessas direções, aproveitando o material publicado e o inédito, serão da máxima utilidade e importância para os que, interessados no campo das ciências sociais, embora sem a profissão de historiador, careçam de elementos seguros de natureza histórica para as conclusões a que se alcem no terreno de suas especialidades (31).

ARTUR HEHL NEIVA.

---

(31). — Nota sobre o mapa de Silva Pontes Leme: — O original deste mapa encontra-se no Serviço Geográfico do Exército Brasileiro, existindo cópias antigas em ferro prussiato, tanto na mapoteca do Ministério das Relações Exteriores, como na da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As fotografias do mapa que acompanham este artigo foram obtidas da cópia existente na Biblioteca Nacional, graças à nímia gentileza do Dr. José Honório Rodrigues, e tecnicamente preparadas pelo Gabinete de Exames Periciais do Departamento Federal de Segurança Pública, cujos recursos técnicos, em pessoal e aparelhamento, foram gentilmente postos à nossa disposição para essa finalidade.